

## Observatórios de mídia: democracia, cidadania e informação

Sandra Regina Moura & Luis Fernando Assunção

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) / LabCom

sandra.moura@academicos.ufpb.br / lufeassuncao83@gmail.com

### Resumo

Os observatórios midiáticos se tornaram importantes instrumentos de monitoramento das dinâmicas comunicacionais contemporâneas no contexto democrático e ganharam destaque ao se apresentarem como grandes aliados no combate à desinformação. Nesse cenário, o Observatório Paraibano de Jornalismo (OPJor), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na região Nordeste do Brasil, atua na defesa da melhoria do jornalismo, no que diz respeito à informação confiável, verificada, acessível e de qualidade, para a sociedade. Este artigo pretende demonstrar como o Observatório interage com um dos fenômenos comunicativos mais preocupantes, a desinformação. Também é importante instrumento na

divulgação de situações que envolvem o gênero, os direitos e reconhecimento de grupos culturalmente diferenciados e no fortalecimento da democracia e nos laços com a sociedade civil. O trabalho analisa produção do Observatório que discute a criminalização dos movimentos sociais na imprensa. A análise foi feita a partir das intervenções dos especialistas e representantes de movimentos sociais convidados para o programa e da participação do público. Ao fazer parte da experiência de reflexão e proposição na formulação das políticas públicas, os observatórios estimulam a tomada de consciência e a participação política em outros campos de interesse. É uma forma de aprofundar a democracia por meio da participação.

Palavras-chave: Observatório de mídia, participação, controle social, democracia

## Media observatories: democracy, citizenship and information

### Abstract

In democratic contexts, Media observatories have become important tools for monitoring contemporary communication dynamics and have gained prominence as great allies in the fight against disinformation. In this scenario, the Paraibano Journalism Observatory (OPJor), linked to the Postgraduate Programme in Journalism at the Federal University of Paraíba (UFPB) in the northeast of Brazil, works to defend the improvement of journalism regarding reliable, verified, accessible and quality information. This article aims to show how the Observatory interacts with one of the most worrying communication phenomena, disinformation. It is also an important tool in publicizing situations involving gender, the hu-

man rights and recognition of culturally differentiated groups and in strengthening democracy and ties with civil society. The paper analyses the Observatory's output, which discusses the criminalization of social movements in the press. The analysis was based on the interventions of experts and representatives of social movements invited to the programme and on audience participation. By being part of the experience of reflection and proposal in the formulation of public policies, observatories stimulate awareness and political participation in other fields of interest. It is a way of deepening democracy through participation.

Keywords: Media observatory, participation, social control, democracy

Data de submissão: 2023-03-07. Data de aprovação: 2023-05-09.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.



## Introdução

Os conceitos mais recentes que envolvem os observatórios de mídia pelo mundo costumam defini-los como instrumento de acompanhamento dos meios de comunicação capaz de fazer o papel de crítico da mídia. Mas o conceito é bem mais amplo. Nas democracias recentes, os observatórios se fortalecem como criadores de canais de participação para definição de questões relacionadas à mídia e às políticas públicas do setor. Já nas democracias mais tradicionais e avançadas, eles são caracterizados como instrumentos de fiscalização, mas que possibilitam a participação nas questões da mídia, além de produzir material especializado que serve como base para defesa de demandas sociais no que diz respeito aos meios de comunicação.

Mas há ainda um conjunto mais amplo de processos que envolvem os observatórios. Braga (2006) chama de sistema de interação social sobre a mídia ou, sistema de resposta social. É uma conceituação do autor a partir da hipótese de que, para além dos sistemas de produção e de recepção, tradicionalmente considerados nos estudos comunicacionais, a processualidade midiática se completa por um terceiro sistema, no âmbito do qual se desenvolvem atividades de resposta da sociedade em interação com os processos e produtos da mídia, disseminando ideias, informações, reações e interpretações sobre estes.

Para Braga, o sistema de resposta social envolve muitos dispositivos, como sites de crítica, cineclubes, publicações jornalísticas ou acadêmicas especializadas, fóruns de debate, etc. Esses diferentes objetivos e processos mostram que a sociedade não apenas sofre os aportes midiáticos, nem apenas resiste pontualmente a estes. Muito diversamente, se organiza como sociedade, para retrabalhar o que circula. (Braga, 2006). Entre as ações desenvolvidas pelos diversos agentes que compõem o sistema de interação social sobre a mídia, estão processos de enfrentamento; de corroboração ou suporte aos meios; de disponibilização da resposta para circular socialmente; e de direcionamento da resposta à mídia e/ou aos públicos usuários.

Nas entranhas desse sistema, para Braga, é possível distinguir um conjunto de processos críticos, seja porque tensionam processos e produtos midiáticos, gerando dinâmicas de mudança”, seja porque exercem “um trabalho analítico-interpretativo, gerando esclarecimento e percepção ampliada. Tais dispositivos, nesse sentido, estabelecem relações de fluxo com o sistema de recepção, oferecendo critérios interpretativos estimuladores de autonomia crítica, e com o sistema de produção, buscando incidir sobre a qualidade dos produtos e processos midiáticos.

Um dos dispositivos analisados por Braga como integrante da parte crítica do sistema de resposta social são os observatórios de mídia. Em diversos países, o termo “observatório” vem sendo empregado de forma cada vez mais recorrente por governos, universidades e organizações para designar iniciativas que monitoram de forma sistemática o funcionamento de um setor ou a situação de temáticas específicas, como direitos humanos, educação, saúde, imigração, corrupção, violência, etc. Também surgiram e vêm se expandindo iniciativas de monitoramento dos meios de comunicação – os observatórios de mídia.

Para Ramonet (1998), todo o mundo está convencido da função das comunicações de massa nas democracias e de sua importância para o desenvolvimento das sociedades. No entanto, a despeito disso, as pesquisas apontam cada vez mais o ceticismo, a desconfiança e a incredulidade dos cidadãos. Ramonet acrescenta que isso se deve, entre outros fatores, ao fato de que, apesar de durante muito tempo se enfatizar a ideia de que a mídia seria o “quarto poder”, no sentido de opô-la aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – diante dos quais teria a missão de exercer um necessário contrapeso –, hoje há uma “confusão” que reconfigura a existência dos poderes e faz com que os meios de comunicação não desempenhem o referido papel.

Agora, de acordo com Ramonet, o primeiro de todos os poderes é o poder econômico. E o segundo certamente é o poder midiático. De forma que o poder político fica relegado a uma terceira posição”. Em outro texto, o autor argumenta que com a globalização liberal e a intensificação dos processos de

concentração dos meios e mercantilização dos conteúdos o chamado quarto poder teve seu sentido progressivamente esvaziado. Os grandes grupos de comunicação deixaram de ter como objetivo cívico o de ser um ‘quarto poder’, assim como deixaram de denunciar os abusos contra os direitos ou de corrigir as disfunções da democracia para polir e aperfeiçoar o sistema político. Diante de tal cenário, os observatórios emergem como um “quinto poder”, que faria o contrapeso democrático ao poder da mídia.

A teoria da democracia, na visão de Rebouças (2010), tem origem na ciência política e pode auxiliar as análises da economia política da comunicação como pano de fundo para a pesquisa dos observatórios como práticas e coletivos de resistência. Além disso, é capaz de justificar o estudo e ancorar o objeto na teoria política, ajudando a mapear o contexto sociopolítico.

Outro aspeto pertinente é a identificação do tipo de democracia perseguida pelos observatórios. Mas para pensar nesses modelos de democracia é preciso, antes, definir que o conceito de democracia definidas pelo senso comum não corresponde à democracia prática nos dias de hoje. Macpherson (1979) fala que os problemas mais graves da democracia liberal surgem do fato de que a democracia liberal tem sido projetada tipicamente para ajustar-se a um esquema de governo democrático numa sociedade dividida em classes.

A democracia inicialmente era concebida como sendo desenvolvida em uma sociedade sem classes ou de classe única, e não meramente um mecanismo político para ajustar-se a essa sociedade. Idealizado, o termo acabou gerando uma lista de valores e princípios que estão pouco presentes nas práticas políticas e na forma de governo dos países que se dizem democráticos. Um dos pontos mais problemáticos do processo é a participação. Para que o povo seja soberano, é imprescindível que participe, não apenas fazendo uso do controle remoto, mas do controle social.

Os observatórios de mídia trazem essa possibilidade por meio da diversificação das práticas, que se constituem no curto prazo, como fiscalização, cobrança da legalidade das ações, exigência de retaliação. Também a médio prazo pode trazer participação na formulação das políticas públicas e, numa projeção mais alargada, educação e crítica da mídia.

Diante disso, Rebouças (2010) efetua uma classificação dos observatórios midiáticos de acordo com sua estruturação e desenvolvimento de suas ações. Podem, por exemplo, ser definido como observatório fiscal, como espaços articuladores da cidadania com o monitoramento dos meios de comunicação; podem desenvolver outras ações como, por exemplo, a atividade de agência de notícias sobre determinado tema.

Outro tipo defendido por Rebouças é o observatório *think tank*, classificado como organismos que colaboram com intervenções e reflexões em favor de políticas públicas; sendo um espaço para participação e formação ligado à práxis, mais formal e articulador de propostas e muitas vezes tornando-se institucionalizado através da coparticipação junto a órgãos estatais para a formulação de políticas públicas. Já o observatório laboratório é tratado como um espaço de análises, diagnósticos e teorização sobre a mídia e também está ligado a publicações de livros, revistas e artigos. São encontrados, sobretudo, na academia.

Pela classificação de Rebouças (2010), há também o chamado fórum de discussão, que assume o formato de blog sobre a mídia. Esta definição está ligada ao formato: eles são menos formais e se limitam à exposição de críticas pontuais e comentários. Outro tipo seria uma espécie de centro de aglutinação e difusão de informações: monitora a mídia e questões que a perpassam, como mercado, financiamento e legislação, além de difundir informações. Não são participativos, são menos interativos, são mais sistemáticos e as informações difundidas são mais “oficiais.

Rebouças também define aqueles que servem de espaços para capacitação e educação: o primeiro se dirige principalmente aos profissionais da área; o segundo, à população – podendo ainda ser dividida em educação para participação na mídia e educação para leitura crítica da mídia. E, por fim, aqueles projetos dentro de movimentos sociais, ligado à análise de conteúdo com recortes temáticos bem definidos por grupos e movimentos sociais. Aqui o observatório não é estrutura, mas prática.

Ainda segundo Rebouças, a partir dessas características centrais, é possível identificar outras finalidades. A afirmação de que a comunicação pode ser definida como direito humano; a exigência de uma comunicação de qualidade para uma sociedade mais democrática; o direito à comunicação como meio para se garantir outros direitos; a importância da comunicação de qualidade para a mudança/melhoria social por sua prerrogativa de influenciar a vida das pessoas e a sociedade; a função social e a finalidade pública dos meios de comunicação; o jornalismo ético e confiável; a informação livre e o acesso à informação; a importância da qualidade no jornalismo para a democracia; a liberdade de expressão como direito básico da democracia; a educação para a mídia como forma de fomentar o respeito às diferenças; a defesa do respeito a e da participação de grupos minoritários no processo de comunicação social.

Após identificar as ações e as características dos tipos de observatórios e os modelos de democracia, é possível pensar nas possibilidades criadas por meio de suas práticas. A observação, através de análises científicas com finalidade de produzir material especializado com pretensões de objetividade; a fiscalização (investigação com finalidade de produzir provas visando sanções); a reflexão (fóruns, grupos com finalidade de proposição a respeito das políticas de comunicações e sobre as condições atuais dos conteúdos, de sua produção, distribuição e consumo; a informação, geralmente resultado das práticas de observação, fiscalização e reflexão; canal de comunicação do observatório com a sociedade; compreende a produção e publicação de conteúdo especializado, a organização de congressos e seminários; e intervenção com finalidades de capacitação, educação, mobilização e ações na área das comunicações (Rebouças, 2010).

## **O Observatório Paraibano de Jornalismo**

O Observatório Paraibano de Jornalismo (OPJor) nasceu em meio à pandemia da Covid-19, como uma experiência de resistência de uma rede de jornalistas, professores e pesquisadores que atuam, voluntariamente, em defesa da qualidade da informação jornalística.

Quatro vertentes norteiam o OPJor: crítica de mídia, combate à desinformação, monitoramento de acessibilidade e gestão da qualidade da informação jornalística. Nessa perspectiva, o objetivo central é contribuir com a melhoria do jornalismo, no que diz respeito à informação confiável, verificada, acessível e de qualidade, além de contribuir com o desempenho ético dos profissionais e organizações jornalísticas, públicas, privadas e mídia independente.

A ideia de criação do Observatório surgiu, inicialmente, de reflexões de jornalistas e professores, em 2018. A discussão, que naquele espaço virtual mobilizou os espíritos reflexivos e críticos em relação ao acompanhamento da cobertura jornalística, no Estado da Paraíba, na região Nordeste do Brasil, inspirou o ambiente acadêmico a formatar e dar acolhimento ao projeto.

Ainda em 2018, a participação de pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPJ), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com artigos sobre a experiência do *ombudsman* no jornalismo paraibano, no encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), veio alimentar e retomar a ideia de criação do Observatório. Naquele momento, compartilhadas experiências no Grupo de Trabalho (GT) da Rede Nacional de Observadores de Mídia (Renoi).

Em 2020, o projeto de criação do OPJor foi elaborado e levado à apreciação pelos integrantes do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFPB que aprovou, por unanimidade, a sua criação. Desde o seu surgimento, o Observatório pauta suas ações pelo respeito aos direitos humanos, à liberdade de expressão exercida com ética, responsabilidade, legalidade, pluralidade e apartidarismo.

### **Criminalização dos movimentos sociais**

O Observatório Paraibano de Jornalismo realizou, durante os primeiros seis meses de 2022, um programa de debates transmitido em direto na plataforma de vídeos Youtube com temas relevantes para a sociedade. Em todos eles, pesquisadores do OPJor levavam para o telespectador falas de especialistas e representantes de movimentos sociais em cada um dos temas, sempre relacionando com a mídia.

Nesses momentos, o OPJor interage com um dos fenômenos comunicativos mais preocupantes, a desinformação – referida neste trabalho não apenas pela *fake news*, mas também a conteúdos descontextualizados, distorcidos e manipulados. Também é importante instrumento na divulgação de situações que envolvem o gênero, os direitos e reconhecimento de grupos culturalmente diferenciados e no fortalecimento da democracia e nos laços com a sociedade civil, aqui definida como um tecido associativo que institucionaliza no âmbito dos espaços públicos organizados as discussões que se propõem a solucionar os problemas que surgem (Habermas, 1997). O OPJor constitui-se, portanto, numa espécie de contraponto ao espaço midiático estabelecido, ou seja, o poder acompanhado por um contrapoder (Debray, 1995).

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a de estudo de caso. O trabalho analisou uma produção do OPJor que relaciona esses fenômenos da desinformação, da desvalorização dos direitos de grupos sociais minoritários e dos conflitos identitários existentes no Brasil. No caso dessa produção específica “A criminalização dos movimentos sociais na imprensa”, representantes dos movimentos sociais puderam trazer à sociedade as discriminações por parte da mídia, suas angústias pela necessidade de ocupação de espaço plural e a necessidade de se repensar o processo midiático.

A análise foi feita a partir não apenas na angulação das pautas, mas principalmente das intervenções dos convidados para o programa, das análises dos debatedores e da participação do público. Nesse último aspecto, de importância fulcral na presente análise, o Observatório é o canal facilitador para a participação política na vida das pessoas, aglutinando-as em torno de um interesse comum. Ao fazer parte da experiência de reflexão e proposição na formulação das políticas públicas, os observatórios estimulam a tomada de consciência e a participação política em outros campos de interesse. É uma forma de aprofundar a democracia por meio da participação. Dessa forma, o observatório de mídia assume o papel de instrumento para se atingir a democracia plena (Rebouças & Cunha, 2010).

O programa, veiculado em março de 2022 teve a presença, além da mediadora e professora da Universidade Federal da Paraíba, Zulmira Nóbrega, do jornalista e sindicalista do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro), André Lobão, da jornalista da Central Única dos Trabalhadores (CUT) da Paraíba, Lúcia Figueiredo, e da representante do Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), Bárbara Zen.

A jornalista Lúcia Figueiredo ponderou em sua intervenção inicial que a mídia, de uma maneira geral, procura invisibilizar os movimentos sociais. Normalmente, as pautas e os temas propostos pela grande mídia diante dos movimentos sindicalistas, por exemplo, são negativas, desabonadoras, sem isenção que, teoricamente, o jornalismo precisaria adotar. O movimento de greves sindicais, por exemplo, sempre tem destaque aos prejuízos que provocam à população, e nunca são levados em conta os motivos daquela paralisação de trabalhadores. “Nunca temos o respaldo da mídia, nem mesmo isenção”, pondera.

Em 2022 um grupo de pessoas sem moradia em João Pessoa, na Paraíba, ocuparam uma área de preservação permanente na cidade. No total, 400 famílias foram para o local e levantaram moradias provisórias, exigindo alocação da área por parte do poder público local. Ao longo de todo o período de ocupação, que ganhou o nome de Dubai, as pautas midiáticas sempre estiveram relacionadas com questões negativas, como uso de drogas, violência, entrada de policiais na ocupação etc. Em setembro,



as famílias foram despejadas do local, por ordem judicial. Bárbara Zen, representante do Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD), lembra que a ocupação se deu num contexto de pandemia, crise sanitária, quando ocorreu uma explosão de ocupações por parte dos movimentos sociais.

Entretanto, para ela, a mídia em nenhum momento contextualizou a situação. A chamada mídia hegemônica, no caso das disputas de territórios, tem um viés muito forte de criminalização desses movimentos. Bárbara lembra que esses ocupantes vivem nas beiras das cidades, nas franjas da sociedade estabelecida, mas precisam ser vistos como sujeitos visíveis, reconhecidos, cidadãos. “Infelizmente a mídia vai no caminho contrário a isso”, explica.

A mídia local, no caso da ocupação Dubai, veiculou uma retórica pró-construção civil, ou seja, ficando do lado da especulação imobiliária. Ela lembra que a região da zona sul de João Pessoa está sendo palco dessas disputas, entre os movimentos que buscam moradias e a especulação imobiliária. Há ainda a ação de milícias aliada ao poder político, econômico e até midiático. A mídia, ela diz, retratou como a população inteira da região da ocupação (Mangabeira 8), como se fossem criminosos pela presença do tráfico nessa região. Bárbara acrescenta que o bolsonarismo instigou e ampliou esse discurso de repressão e valorização de milícias, e que tem um eco profundo na mídia hegemônica.

O caso da ocupação Dubai foi emblemático para perceber, segundo ela, que o poder público mantém vínculo com as grandes empreiteiras, tomando uma posição e formando o que classificou de “um laboratório do despejo”. “Há uma guerra estabelecida contra essas comunidades. Criminalização da pobreza”, completa Bárbara.

Bárbara cita como exemplo concreto de criminalização dos movimentos sociais as consequências dos protestos de 2013 no Brasil, quando começaram as manifestações pelo passe livre no Rio Grande do Sul, São Paulo e depois se espalhou pelo país, tomando o formato de um movimento por todas as pautas e por nenhuma pauta. Nesse momento teria ocorrido o processo de despolitização da pauta política. Isso significou o golpe sobre a presidenta Dilma Rousseff e a própria eleição de Bolsonaro em 2018.

Nesses protestos em muitas cidades e capitais do país em 2013, houve uma violência contra representantes dos movimentos populares, tanto pela política quanto pelos manifestantes. “Nos protestos, militantes não poderiam usar as camisetas dos movimentos, a simbologia dos movimentos, principalmente a do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e partidos e movimentos que têm uma simbologia com a cor vermelha”, lembra ela.

Em 2013 houve violência física contra esses representantes dos movimentos sociais. A mídia também reforçou o processo de criminalização. Após a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência do Brasil houve uma orientação aos dirigentes dos movimentos sociais em não usar as t-shirts dos movimentos, deixando de lado a simbologia dos movimentos. “Hoje esses movimentos, especialmente MST, são considerados os terroristas do país. Isso foi forjado dentro do processo midiático, com a criminalização dos movimentos sociais”, considera Bárbara.

Os representantes dos movimentos sociais presentes no debate destacaram a importância dos canais como observatórios e veículos independentes para que a informação correta chegue à sociedade. E são esses setores, inclusive, que estão conseguindo manter viva a memória dos movimentos. Durante o programa, a interação dos telespectadores com o programa mostrava a importância de se discutir um tema dessa natureza, até pela invisibilidade que a mídia dá a esses assuntos. Muitos dos telespectadores, via chat do programa, lembravam da importância desse tipo de debate e da necessidade de mais ações do observatório no sentido de levar à sociedade o maior número possível de assuntos esquecidos pela mídia tradicional.

## Conclusão

A comunicação e o jornalismo mostraram-se instrumentos essenciais para a consolidação do processo democrático e da própria democracia. No entanto, no decorrer dos séculos, alguns mecanismos de trocas entre o poder político e a própria mídia foram surgindo. Um deles, seria dependência do processo eleitoral em relação à mídia. O outro, as relações por vezes questionáveis da mídia com os governos eleitos. Uma dependência que vai desde a outorga ou renovação de concessões de emissoras de rádio e televisão até empréstimos a fundo perdido destinados à propaganda governamental.

Quando do surgimento da imprensa, ela estabeleceu-se como quarto poder por capacidade de fiscalização e contrabalançar os outros poderes. Isso poderia ser feito como um jornalismo combativo, ético, que poderia levar informações para a sociedade de desvios e desmandos dos governos. Nos dias de hoje, porém, o que está colocado é a capacidade de agendamento da sociedade por parte da mídia. Então, a mídia pode até ser considerada ainda um quarto poder, mas muito mais pela sua capacidade de ditar caminhos, influenciar a audiência do que propriamente por sua capacidade fiscalizatória dos poderes.

Na esteira desse processo, os observatórios de mídia parecem ocupar de forma vigorosa o seu espaço. Há um processo de desestatização da sociedade, da participação política, da economia, etc. No Estado alargado, o poder político teoricamente é exercido também na sociedade civil, influenciando a tomada de decisões. Os observatórios ocupam, então, um papel de mecanismos de mudanças e de participação política. Até, em muitos momentos, participam da formulação e implementação de políticas públicas, tornando-se instrumento eficaz para as políticas de comunicação. Os observatórios constituem-se canal de participação política e fornecedor de conhecimento mediático especializado.

Assim, os observatórios são também instrumentos de cidadania, mecanismo capaz de dar voz às pessoas, dar voz à sociedade. Gohn (1997) faz referência aos “novos movimentos sociais” e ao mesmo tempo desvenda o cenário pós-observatórios: a novidade trazida por esses movimentos diz respeito à forma de fazer política, a partir da sociedade civil e não a tradicional política vinda do Estado. Há a política do dia a dia, aquela feita pelos movimentos sociais, pela sociedade, e bem catalisada pelos observatórios, embora nem sempre uma ação efetiva.

Há uma força preponderante dos mecanismos do mercado na sociedade e, por isso, as ações dos observatórios nem sempre atingem os efeitos necessários para uma mudança nos meios de comunicação e na própria sociedade. A participação coletiva no processo é necessária e assim, então, os observatórios encontram a sua efetividade. São, portanto, parte de um processo e assim devem ser estudados. A iniciativa do OPJor em levar temas delicados e invisíveis para a sociedade mostra a necessidade da participação coletiva na busca por soluções dos problemas.

Então, sim, os observatórios, como é o caso do OPJor, são instrumentos de cidadania e auxiliam na efetivação dos direitos civis, sociais e políticos levando à sociedade informação de qualidade. Os observatórios desempenham uma consciência avançada de cidadania sobre o papel que a indústria cultural e informativa desempenha na democracia (Motta, 2008). Os observatórios são intermediários entre a sociedade e a mídia, fazem parte do processo de consolidação da democracia, quando a sociedade civil organizada ganha mais poder e liberdade de crítica.

Como Ramonet (2003) defende, os observatórios aos poucos foram tornando-se uma espécie de quinto poder. Os observatórios acabam, dessa forma, constituindo um canal de atuação pública perante os meios de comunicação. Entre suas atividades, estão o monitoramento dos veículos, das práticas profissionais e dos conteúdos veiculados; levando em consideração as condições de veracidade das informações, o (des)respeito aos direitos dos cidadãos e as circunstâncias de sua produção, difusão e recepção.

## Referências Bibliográficas

- Alsina, M. R. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bertrand, C.J. (2002). *O Arsenal da Democracia: Sistemas de Responsabilização da Mídia*. São Paulo, Editora Edusc.
- Braga, J. L. (2006). *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus.
- Bucci, E. (2000). *Sobre ética e imprensa*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Christofoletti, R. (2010). *Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo*. Covilhã, UBI/LabCom Books.
- Costa, C. T. (2006). *Ombudsman: O Relógio de Pascoal*. São Paulo, Geração Editorial.
- Debray, R. (1995). *Manifestos midiológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Difonzo, N. (2009). *O poder dos boatos: como os rumores se espalham, ditam comportamentos, podem ser administrados e porque acreditamos neles*. Rio de Janeiro. Ed.Campus.
- Gadini, S., & Javorski, E. (2018). *Ombudsman no jornalismo brasileiro*. Florianópolis, Insular.
- Gohn, M.G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Lima, V. A. (org). (2014). *Em defesa de uma opinião pública democrática: conceitos, entraves e desafios*. São Paulo, Paulus.
- Macpherson, C. B. (1978). *A Democracia Liberal: origens e evoluções*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moreira, D. S. (2013). *Observatórios de mídia: contribuições para a proteção de direitos humanos nos meios de comunicação*. Curitiba.
- Morais, Denis. (2016). *Crítica da mídia e hegemonia cultural*. Mauad X.
- Motta, L.G. (2008). A Crítica da mídia: da resistência ao desenvolvimento humano. In: Christofoletti, R.; Motta, L.G. (Orgs.). *Observatórios de mídia: olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus.
- Moura, S., & Machado, M. “30 anos de Ombudsman ou mais: os primórdios da crítica dos meios de comunicação na Paraíba”. In: *Revista Brasileira de História da Mídia*. vol. 9, no. 1, jan./jun 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/9814/6410> Acesso: 23/08/2021.
- Rebouças, E. Cunha, P. (2010). *Observatório de Mídia como instrumento para (da) democracia*. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.4, p.85-93, Novembro.
- Ramonet, I. (1998). *La tirania de la comunicación*. Madrid: Editorial Debate.